

ALTERNATIVAS À CADEIAS LONGAS: O PAPEL DA FEIRA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

Alternative to long chain: the role of the fair of family farming products in São Lourenço do Oeste/SC

DOI:10.48075/igepec.v26i1.27820

Sidiane dos Santos Alvaristo
Tiago Luiz Pereira
Rosana Maria Badalotti
Cristiane Tonezer
Clarete Trzcinski

ALTERNATIVAS ÀS CADEIAS LONGAS: O PAPEL DA FEIRA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC¹

Alternatives to long chains: the role of the fair of family farming products in São Lourenço do Oeste/SC

Sidiane dos Santos Alvaristo

Tiago Luiz Pereira

Rosana Maria Badalotti

Cristiane Tonezer

Clarete Trzcinski

DOI:10.48075/igepec.v26i1.27820

Resumo: A interação entre produtores e consumidores no contexto das Cadeias Curtas, a exemplo das feiras da agricultura familiar, constitui tema do presente estudo, que buscou analisar como a feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste/SC constitui alternativa para o sistema agroalimentar global. Utilizou-se entrevista semiestruturada aplicada a uma produtora feirante e uma consumidora, escolhidas de forma aleatória. Apreende-se que a agricultura familiar, pela sua capacidade de adaptação e resistência, além de inserir-se no contexto do modelo agroalimentar global, também é capaz de constituir modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras. Segundo informações coletadas, a feira se caracteriza como um espaço de interação entre as expectativas de produtores e consumidores, possibilitando alimento de qualidade, mais nutritivo e orgânico, além de maior qualidade de vida a ambos, constituindo-se como um processo alternativo aos grandes mercados globalizados.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Feira de produtores. Cadeias curtas agroalimentares.

Abstract: *The problem analyzed in this study is the interaction between product and consumption beyond the conventional formats imposed by globalization. It aims to analyze how the fair and family farming products of São Lourenço do Oeste, SC, Brazil are alternatives to the global agri-food system. A survey was done in the fair and the data collection was carried through semi-structured interviews applied to a producer and consumer marketer, chosen at random. Results indicate that family farming, due to its capacity for adaptation and resistance, in addition of being inserted in the context of the global agri-food model, is also able to establish itself as an alternative mode of production and commercialization. One such alternative is the fairs. Based on the information collected, the fair is established as a space for connecting the expectations of producers and consumers, enabling quality food, more nutritious and organic, in addition to a better quality of life for both, constituting an alternative process to the large globalized markets.*

Keywords: Family farming. Producers Fair. Short Chains Agrifood.

Resumen: *La interacción entre productores y consumidores en el contexto de cadenas cortas, ejemplo de las ferias de agricultura familiar, constituye el problema de este estudio, que buscó analizar cómo la feria de productos de la agricultura familiar de São Lourenço do Oeste / SC constituye una alternativa para el sistema agroalimentario global. La metodología utilizada fue la recogida de datos realizada en la feria mediante entrevista semiestruturada aplicada a una productora feriante y una consumidora, seleccionadas al azar. Se entiende que la agricultura familiar, por su adaptabilidad y resistencia, además de estar insertada en el contexto del modelo agroalimentario global, también es capaz de constituir modos alternativos de producción y comercialización, como las ferias. Según informaciones recogidas, la feria se caracteriza por ser un espacio de interacción entre las expectativas de productores y consumidores, possibilitando alimentos de calidad, más nutritivos y orgánicos, también con una mejor calidad de vida para ambos, constituyéndose como un proceso alternativo a los grandes mercados globalizados.*

Palabras clave: Agricultura familiar. Feria de productores. Cadenas cortas.

¹ Trabalho apresentado no II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional realizado em novembro de 2020 e indicado pelo sistema fast-track para submissão à revista Informe GEPEC.

INTRODUÇÃO

A complexidade da agricultura familiar e os desafios que ela enfrenta diante dos novos contextos econômicos e sociais demandam capacidade de adaptação e resistência dos agricultores (WANDERLEY, 2003). Diante do contexto de modernização da agricultura, Lamarche (1993) enfatiza que o que mantém a agricultura de base familiar no mundo todo é a sua capacidade de adaptação, isto é, o caráter camponês dos saberes e sua diversidade de produção. Nesse sentido, a temática do presente trabalho são as formas de interação entre produtores e consumidores no contexto da agricultura familiar, para além dos formatos convencionais impostos pela globalização.

A partir das discussões acerca da região como construção social e dos reflexos da globalização nas dinâmicas regionais abarcadas pelo componente curricular Dinâmicas Regionais e Transformações Sociais, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, este trabalho objetiva analisar como a feira de produtos da agricultura familiar do município de São Lourenço do Oeste/SC constitui alternativa para o sistema agroalimentar global. A feira acontece no Centro de Comercialização, situado na Praça da Liberdade – Rua Rui Barbosa, centro do município de São Lourenço do Oeste/SC.

Para tanto, além desta introdução, na seção 2 realiza-se uma breve abordagem acerca da produção de alimentos a partir das noções de Cadeias Agroalimentares Longas e Cadeias Curtas; na seção 3 apresentam-se aspectos sobre a agricultura familiar no oeste catarinense e na seção 4 reflexões relacionadas aos produtos coloniais e ao protagonismo da mulher nesse contexto; na seção 5 descreve-se a metodologia e na seção 6 os resultados e discussões. Por fim, registram-se as considerações finais.

2 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: CADEIAS AGROALIMENTARES LONGAS X CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES

Gazolla e Schneider (2017) apontam uma contradição crescente na maneira como se produzem e consomem alimentos em nossa sociedade. As estatísticas referentes à fome se mantêm inalteradas, enquanto a produção de fibras e matérias primas agroalimentares aumentam cada vez mais, elevando também os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Nesse cenário, vivemos em uma realidade em que há alimentos suficientes para a população, no entanto, convivemos com a fome, com a má nutrição, gerando insatisfação tanto de produtores quanto de consumidores. Quem se beneficia dessa realidade são as grandes redes de *fast food* e supermercados globais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

O modelo de produção agroalimentar que sustenta essa lógica mobiliza a necessidade constante de aumento das escalas de produção, inviabilizando a sobrevivência de agricultores que não estejam integrados ao sistema, enquanto submete consumidores finais a opções de alimentação pouco nutritivas que oferecem altos riscos à saúde. Esse modelo de produzir e consumir alimentos ocorre em escala global no contexto e lógica da economia internacionalizada. O sistema agroalimentar globalizado desconecta a alimentação de sua base natural, ocasiona um distanciamento entre homem e natureza e minimiza a concepção do rural como sendo apenas um espaço de produção (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Nesse sentido, a impessoalidade das Cadeias Agroalimentares Longas, que afastam cada vez mais o produtor e o consumidor, torna o alimento mera mercadoria reconhecida apenas pelo seu valor comercial-monetário ou valor nutricional, com

destaque para as preferências ou poder aquisitivo dos consumidores. Perde-se a identidade do produto, assim como as particularidades referentes ao clima e a sazonalidade, restando aos consumidores acreditarem na qualidade dos alimentos fornecidos pelas indústrias. Conforme referem Gazolla e Schneider (2017), neste modelo de produção e comercialização impessoal, as redes agroalimentares criam selos e certificados com o objetivo de passar credibilidade ao consumidor, embora tais elementos nem sempre dizem muito sobre quem os manipula e sobre como foram produzidos.

Em contraposição a esse modelo hegemônico, Gazolla e Schneider (2017) indicam a existência de outro movimento, principalmente ao sul do globo, caracterizado por um modelo denominado de Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAs). Elas estão inseridas em um debate relacionado às atividades que ao longo das diferentes fases de produção atribuem valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais, para além dos critérios de preço, com o objetivo de atender às demandas dos consumidores. Estas questões estão, portanto, relacionadas aos processos e formas de produzir, aos produtos e aos atores envolvidos.

As CCAs visam se contrapor ao sistema agroalimentar dominante, com a proposição de encurtar distâncias, sejam elas físicas, sociais, culturais ou econômicas, entre os produtores e os consumidores. Os principais tipos de Cadeias Curtas, que se identificam com a venda direta ao consumidor, ocorrem por meio de vendas diretas nas propriedades, feiras locais, lojas e mercados de agricultores, vendas de porta em porta, colheita direta pelos consumidores na unidade produtiva, comércio eletrônico, modelos de divisão dos riscos de produção entre o produtor e os consumidores, grupos de consumidores coletivos e possibilidades de associações entre consumidores e produtores. Fazem parte também as lojas especializadas e restaurantes, todos acessados sem intermediários (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Em virtude dos problemas e críticas ao sistema agroalimentar convencional no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e ao afastamento das raízes da agricultura familiar e camponesa, a partir da década de 1990 observa-se uma expansão considerável das CCAs. A explicação acerca da manutenção das Cadeias Curtas sustentava-se na resistência camponesa como estratégia de enfrentamento à globalização do sistema agroalimentar, além de estudos sobre o interesse de parte da população por alimentos mais naturais, frescos e orgânicos, resultando no fortalecimento de mercados locais, fazendo com que os consumidores também passassem a valorizar a forma como os alimentos são produzidos, seus valores culturais e modos de preparo tradicionais e sem aditivos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

As Cadeias Curtas Agroalimentares caracterizam-se pelo contato direto entre os consumidores e produtores, pelas relações de confiança, inserção e imersão em um contexto regional e também pela proximidade entre os locais de produção e consumo.

3 – A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Wanderley (2003) corrobora com o entendimento de que o processo de modernização da agricultura modifica os processos e a subjetividade. Ressalta a complexidade da agricultura familiar e os desafios que ela enfrenta nas sociedades modernas. Segundo a autora, o campesinato é parte constitutiva da agricultura familiar brasileira e retoma a proposta teórica de uma tradição centrada na família, nas formas de produzir e no modo de vida, embora necessite se adaptar às condições modernas no que diz respeito à produção e ao convívio em sociedade, visto que todos estamos inseridos e somos influenciados pela chamada sociedade englobante.

Em virtude desse contexto, existem continuidades e rupturas relacionadas à agricultura familiar. A terra continua sendo patrimônio familiar e apesar da imposição de uma nova lógica de mercado, mantém-se o modo de vida camponês. Wanderley (2003) sinaliza, inclusive, que o camponês não se nega a produzir, mas faz um balanço subjetivo entre produção e consumo, no qual a perspectiva de subsistência não é perdida quando o agricultor familiar se integra ao mercado. Todavia, as mudanças na relação com o tempo impostas pela agricultura moderna determinam a necessidade de planejamento. A autora também sinaliza a pluriatividade² como estratégia de permanência na agricultura familiar moderna e enfatiza sua capacidade de adaptação e resistência frente a essas novas requisições econômicas e sociais:

O agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2003, p. 58).

Lamarche (1993) também destaca que o que mantém a agricultura de base familiar no mundo todo é a sua capacidade de adaptação, isto é, seu caráter camponês dos saberes e da diversidade de produção. Para entender a agricultura familiar é preciso analisar as experiências vividas presentes nas estratégias utilizadas atualmente e a condição de ser agricultor familiar que remete a um patrimônio sociocultural. Tal conhecimento especializado do agricultor familiar é, portanto, diferenciado e, conforme situa Mior (2005), não pode ser apropriado pela corrente produtivista.

A respeito da agricultura familiar no oeste catarinense, cumpre expor que esta região possui particularidades em virtude do processo de colonização, que “é marcado pela exploração econômica por meio das frentes de colonização visando à riqueza das terras e pelo empenho na conquista de suas fronteiras” (BAVARESCO, 2018, p. 281). Bavaresco (2018) indica que a economia do oeste catarinense se caracteriza por quatro ciclos econômicos: Ciclo da Pecuária, Ciclo da Erva-Mate, Ciclo da Madeira e Ciclo Agroindustrial. A respeito deste último, o autor destaca que a partir do processo de modernização da agricultura e das relações de produção estabelecidas na região estabeleceu-se a instalação de agroindústrias.

A relação de produção no oeste catarinense se concentra predominantemente na produção agrícola de subsistência baseada na propriedade familiar, o que constitui como fator preponderante para prosperidade das agroindústrias na região. Nesta ótica, as propriedades familiares garantiam à indústria a matéria prima por meio do sistema de integração, no qual os produtores recebiam das empresas os insumos necessários à criação dos animais, além da segurança de comercialização de sua produção, descontando os custos dos insumos fornecidos ao entregá-la. O sistema de integração impôs mudanças significativas nos processos de produção das pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar, configurando um verdadeiro processo de desestruturação do modelo até então praticado. Isso porque requisitou-se a substituição de animais tradicionais, principalmente suínos, por raças de genética diferente e maior valor comercial. O aumento de produtividade e exigências relacionadas à qualidade da carne aumentaram o custo de produção e as exigências no ritmo de trabalho.

² Wanderley (2003, p. 52) compreende a pluriatividade como “[...] uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”.

Apreende-se, portanto, que ao mesmo tempo em que a produção agrícola de subsistência baseada na propriedade familiar característica do oeste catarinense foi propícia para instalação das agroindústrias na região, as requisições desse modelo impuseram alterações e rupturas nas relações até então estabelecidas nas pequenas propriedades, sobretudo relacionadas ao custo e ritmo de produção. Bavaresco (2018) problematiza a ausência de políticas públicas e econômicas para atendimento das inúmeras famílias dos agricultores que mediante as oscilações de preços do mercado perderam a posse de terra e foram obrigados a comercializar sua força de trabalho nas cidades. O autor indica que a modernização agrícola e as agroindústrias foram centrais no aumento do êxodo rural.

De acordo com Gerhardt, Magalhães e Almeida (2012, p. 8), a modernização da agricultura configurou-se como conservadora ao “reduzir a concentração fundiária, grilagem de terras, relações capital-trabalho, violência e conflitos sociais a uma mera “questão produtiva””. Os autores enfatizam que esse processo foi também regionalmente seletivo, socialmente desigual, economicamente excludente e ecologicamente predatório. Apontam que a concessão de incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários, sobretudo nas regiões norte e nordeste e as políticas de crédito que beneficiaram prioritariamente latifundiários, especuladores, bancos e empresas privadas. Esse padrão de desenvolvimento impôs à população rural – composta por posseiros, meeiros, sitiantes, moradores, indígenas, quilombolas, pequenos proprietários e arrendatários – a expulsão de suas terras, além de aumentar a pobreza no campo, desencadear a “concentração e grilagem de terras, migrações e êxodo rural, genocídio de povos indígenas, precarização das condições de trabalho e crescimento do subemprego e emprego sazonal” (GERHARDT; MAGALHÃES; ALMEIDA, 2012, p. 9). Nessa direção, os autores criticam o paradigma de adequação, isto é, o ritmo desenfreado de produção, consumo e intensificação da acumulação e velocidade dos fluxos do capital, em nome de um projeto dito de desenvolvimento do país.

Tais reflexões sobre a agricultura familiar, em especial no oeste catarinense, são imprescindíveis para análise do objeto deste estudo, visto que é nesse contexto que se insere a discussão a respeito das Cadeias Curtas, mais especificamente sobre as feiras como alternativas para o sistema agroalimentar convencional global.

4 – OESTE CATARINENSE: PRODUTOS COLONIAIS E PROTAGONISMO FEMININO

Dorigon e Renk (2011, p. 105) conceituam produtos coloniais como aqueles processados nas propriedades pelos “colonos” para o consumo da família, como: “derivados de carne suína, derivados do leite, doces, geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoito, açúcar mascavo, sucos e vinho, dentre outros”.

Os produtos coloniais incorporam saberes herdados, que congregam a cultura material e imaterial. Por conseguinte, remete ao lado afetivo do consumidor ao adquiri-lo, uma vez que se distingue do produto industrializado e a memórias e particularidades não encontrados nos produtos padronizados típicos do sistema agroalimentar convencional (DORIGON; RENK, 2011). Nesse sentido, reitera-se a concepção do saber fazer próprio da agricultura familiar, de um conhecimento específico e diferenciado, conforme descrito por Wanderley (2003) e reforçado por Mior (2005).

Retoma-se, portanto, a capacidade de adaptação e resistência da agricultura familiar, especialmente de sua capacidade de se estabelecer em modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras, a partir de suas distinções ao produzir

alimentos. Maluf (2004) corrobora com o entendimento de que a inserção da agricultura de base familiar nos mercados alternativos de produtos alimentares promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis, que se opõem às tendências convencionais e padronizadas de produção e consumo de alimentos. O autor também enaltece a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade e a fonte direta de renda.

Nas cadeias curtas de abastecimento também pode ser observada a possibilidade de transformação do papel da mulher nas relações de produção. Conforme indicam Dorigon e Renk (2011), enquanto os homens encarregam-se da administração da família e da propriedade, e as mulheres responsabilizam-se, além dos afazeres na lavoura e no âmbito doméstico, pela venda de produtos como leite e derivados. A venda das chamadas “miudezas”, potencializada pelos espaços de feiras, por exemplo, possibilita a transformação da produção invisibilizada do autoconsumo em renda. De acordo com Siliprandi (2009), o trabalho da mulher na agricultura muitas vezes não é percebido, assim como outras atividades produtivas por elas desempenhadas no conjunto da unidade familiar, como horta, pomar, cuidados de animais domésticos e atividades consideradas secundárias quando relacionadas às culturas comerciais.

Nesse sentido, apresenta-se como contraponto que projetos agroecológicos passem a dar destaque aos espaços de produção protagonizados pelas mulheres, conferindo-as, assim, a condição de sujeitos produtivos. Tal invisibilidade está vinculada ao formato pelo qual se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, outorgando ao homem a chefia familiar. Às mulheres são reconhecidas, com status inferior, às atividades consideradas como extensão de seu papel de esposa e mãe, sem o reconhecimento em relação ao seu trabalho efetivo no conjunto das atividades da agricultura familiar como preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, transformação de produtos e o artesanato (SILIPRANDI, 2009).

Para reverter este panorama de invisibilidade, que se mostra diretamente ligado às estruturas de poder, Siliprandi (2009) afirma que seria necessário apoio organizativo, além da disponibilidade de acesso a recursos produtivos como terra, crédito e formação técnica, no sentido de estimular o desenvolvimento de suas capacidades. Do ponto de vista das relações de poder, das mudanças mais complexas, seria imprescindível a desconstrução do mito de que a família se constitui como um conjunto harmônico e integrado, com papéis exercidos por todos de maneira complementar e dirigidos pelo homem.

Siliprandi (2009) apresenta argumentos essenciais no sentido de romper com a percepção centrada na importância primordial do papel do homem na agricultura familiar. Refere que no campesinato a distribuição dos resultados do trabalho tende a se mostrar mais igualitária na medida em que a mulher participa das decisões e do planejamento que envolvem as atividades produtivas, entendida como equidade, além de que, diante da expansão de possibilidade de atividades geradoras de renda em que há o envolvimento da mulher, aumentam também as opções estratégicas, expandindo também a possibilidade do desenvolvimento de maior autonomia e poder de decisão.

As feiras de produtos coloniais se constituem como importante possibilidade de comercialização de excedentes e de uma variedade de produtos provenientes das atividades da agricultura familiar, à exemplo das chamadas miudezas, geralmente feitas por mãos femininas (DORIGON; RENK, 2011). Grande parte dos produtos comercializados nas feiras passam pelas mãos de mulheres agricultoras, fato que as coloca em um papel central no que diz respeito ao seu protagonismo e sua importância

no estabelecimento da feira como alternativa ao mercado globalizado e as distâncias que ele impõe às pessoas.

5 – METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada aplicada a uma produtora feirante e a uma consumidora, tendo em vista caracterizar as entrevistadas e seus vínculos com a feira. As pessoas entrevistadas foram escolhidas de forma aleatória e demonstraram disponibilidade em fornecer as informações e dados requeridos, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme resolução 510/2016 – CNS. As entrevistas foram realizadas no próprio local da feira e ocorreram no dia 24 de agosto de 2019, sábado pela manhã, dia e horário em que a feira estava sendo realizada.

Os roteiros das entrevistas (apêndice 1) foram estruturados em dois blocos de questões. No primeiro bloco as perguntas foram organizadas a fim de caracterizar brevemente o perfil das entrevistadas e no segundo, com questões abertas, buscou-se apreender a relação delas com a feira. Os dados foram descritos, analisados e interpretados com base em autores que discutem o tema em questão: Lamarche (1993), Wanderley (2003), Maluf (2004), Mior (2005), Siliprandi (2009), Dorigon e Renk (2011; 2014), Gazzolla e Schneider (2017), Bavaresco (2018) e Gazzolla (2019).

Cumprir expor que o município de São Lourenço do Oeste está localizado no noroeste do estado de Santa Catarina e é também marcado por características da agricultura familiar típicas da região oeste do Estado. O município possui 362 km² de território, organizado em três distritos na área rural e sete bairros no perímetro urbano (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019). A população estimada pelo IBGE em São Lourenço do Oeste para o ano de 2021 é de 24.501 pessoas, com predominância da população residente na área urbana do município (IBGE, 2021b).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de São Lourenço do Oeste no ano de 2016 era de 0.8482, sétima posição no Estado de Santa Catarina (FIRJAM, 2021). Segundo dados do Censo agropecuário de 2017, o município possui 1.270 estabelecimentos agropecuários e a agricultura familiar representa 82,44%, com destaque para a bovinocultura leiteira, que representa 59,84% (IBGE, 2021a). Com relação ao investimento na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no ano de 2017 o valor foi de R\$ 149.239,30 (FNDE, 2021).

Com relação a realização de feiras de produtos da agricultura familiar, existe apenas um ponto de realização no município. No contexto de realização desta pesquisa, nove produtores comercializavam produtos coloniais e agroecológicos nesse espaço. A referida feira acontece no município há trinta e nove anos³ e há cerca de três anos no espaço atual, construído especificamente para este fim. O Centro de Comercialização conta com 382,43 metros quadrados e 15 boxes, sendo 12 espaços destinados à agricultura familiar, dois para gastronomia e um para a Associação Lourenciana de Artesãos (ALA), além de dois banheiros (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

A feira é coordenada por servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Segundo apontamentos dos coordenadores, obtidos por meio de conversa informal na

³ Observa-se no resgate histórico da feira, descrito pelos produtores feirantes, o papel central de servidores da EPAGRI e da secretaria municipal de agricultura na mobilização e suporte aos produtores, bem como a articulação coletiva dos feirantes.

feira, aproximadamente duzentos consumidores frequentam a feira semanalmente. Destaca-se também que não há normas estabelecidas entre os agricultores respectivos à organização, variedade e quantidade de alimentos a serem produzidos e comercializados, sendo que cada feirante comercializa produtos de acordo com sua aptidão, conforme atividades realizadas em cada unidade de produção, tendo em vista a variedade e quantidade produzida em cada época do ano.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do objetivo proposto neste artigo que é analisar como a Feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste/SC constitui alternativa para o sistema agroalimentar global, optou-se por apresentar os resultados e discussões em duas subseções: entrevista com a agricultora feirante e entrevista com a consumidora, porém compreende-se que os elementos identificados são complementares e indissociáveis na análise proposta.

6.1 – ENTREVISTA COM A AGRICULTORA FEIRANTE

A agricultora feirante entrevistada tem 56 anos de idade e se considera agricultora desde que nasceu. Possui ensino médio completo e aposentou-se recentemente. É casada, teve quatro filhos e atualmente reside apenas com o marido, com o qual divide o trabalho realizado na propriedade, sendo a renda média mensal do casal de R\$ 4.500,00.

A entrevistada relatou que participa da feira há cerca de seis anos, semanalmente, em banca vinculada exclusivamente à sua família. Com relação aos produtos que comercializa, informou que vende principalmente queijos coloniais que fabrica a partir do leite produzido na própria unidade familiar, além de outros derivados de leite – como manteiga e nata.

A produtora feirante também produz e comercializa pão de milho, bolachas, geleias e compotas de frutas, frango caipira, ovos, amendoim, mel, batata doce e mandioca, de acordo com a disponibilidade dos produtos em cada época do ano e excedente do consumo familiar. Nota-se, portanto, o respeito às particularidades referentes ao clima e a sazonalidade em oposição às escalas típicas das Cadeias Agroalimentares Longas, conforme salientam Gazolla e Schneider (2017). Ressalta-se também o balanço subjetivo entre produção e consumo referido por Wanderley (2003), no qual a perspectiva de subsistência não é perdida quando o agricultor familiar se integra ao mercado.

As atividades de produção são compartilhadas entre a entrevistada e o marido, já as atividades de comercialização na feira são de responsabilidade exclusiva da entrevistada, enquanto o marido cuida dos animais criados na propriedade. Nessa perspectiva, observa-se nas Cadeias Curtas Agroalimentares, a possibilidade de transformação do papel da mulher nas relações de produção e comercialização. Destaca-se também o seu papel diante da variedade de produtos comercializados na feira, todos elaborados por ela.

Antes de ingressar na feira, a agricultora afirmou que produzia e vendia queijos nos supermercados da cidade. No entanto, a partir da possibilidade de comercialização na feira pôde diversificar os produtos, passando a disponibilizar o excedente da produção para o consumo da família, sendo que a escolha também se deu em razão de sua saúde – afirmou ter lesões nos braços. Percebe-se, nessa questão, a visibilidade da produção feminina, sobretudo das “miudezas”, possibilitada pelo espaço da feira, bem como a transformação invisibilizada do autoconsumo em renda, conforme disposto por

Dorigon e Renk (2011). Inclusive, a feirante enfatizou que não aplica agrotóxicos, usando apenas enxada, produzindo de forma tradicional. Relatou ainda que comercializa os mesmos produtos que coloca na mesa da própria família. Tais apontamentos remetem ao diferencial da produção da agricultura familiar, sobretudo pelos processos subjetivos ao primar pela qualidade dos produtos, isto é, da agricultura como prática social, como aponta Mior (2005). A feirante relata também que comercializam gado de corte e suínos em pequena quantidade de maneira independente, portanto, fora do sistema de integração. Tal opção reitera o disposto por Wanderley (2003) de que a agricultura familiar, pela sua capacidade de adaptação e resistência, é capaz de fixar-se a modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras, ao mesmo tempo em que pode inserir-se no contexto do modelo agroalimentar por meio do sistema de integração. Todavia, no caso da entrevistada, a opção da família foi manter-se apenas em Cadeias Curtas de Agroalimentares.

Sobre a comercialização no espaço da feira, a entrevistada destacou como pontos fortes a existência de local apropriado para comercializar os produtos, a possibilidade de agendamento de encomendas e o aumento da renda da família. Por outro lado, como pontos fracos indicou a dificuldade inicial de formar clientela - até o momento em que os consumidores conheceram os seus produtos (que constitui as relações de confiança entre produtores e consumidores), a divulgação insuficiente da feira, assim como a eventual sobra ou falta de produtos em dias de feira. Apreende-se que tais aspectos são decorrentes das próprias características desse sistema de produção e comercialização, como a sazonalidade dos produtos, bem como de um processo de revalorização do colonial pelos consumidores, que comumente são incentivados ao consumo de produtos industrializados do sistema agroalimentar global, potencializado pelas estratégias de marketing desse mercado hegemônico.

Com relação à divulgação da feira, compreende-se que essa questão é parte do processo de articulação coletiva dos feirantes. No decorrer do tempo, tendo em vista que a primeira Feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste foi realizada no ano de 1982, essa articulação ocorre de maneira mais ou menos coesa, a depender também das opções e/ou omissões da política pública em relação ao incentivo sobre a feira, como alternativa ao sistema agroalimentar global, que possui como pano de fundo as próprias tendências ao desenvolvimento econômico, do qual o mote central são as grandes indústrias e seus produtos.

Nesse sentido, Gazzolla (2019) indica a importância do Estado brasileiro desenvolver ações efetivas para promoção das Cadeias Curtas e incorporar em sua agenda essa discussão, inexistente até então. O autor destaca como principais ações necessárias a revisão de legislações alimentares aos agricultores familiares, a regulação, a fim de coibir o avanço dos impérios alimentares, a criação de políticas públicas de apoio à produção e comercialização pelas CCAs, ações de descentralização do abastecimento alimentar e integração e melhorias nas políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural e compras institucionais já existentes para a agricultura familiar. Todavia, pondera que “no atual cenário institucional, parece que as ações do Estado caminham em sentido contrário a alimentação sustentável e saudável”, referindo-se especialmente as liberações para uso de agrotóxicos e a regressão de recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos últimos anos (GAZZOLA, 2019, p. 113).

A feirante entrevistada informou que não acessou nenhum programa de subsídio governamental para financiar atividades relacionadas à feira e também referiu não ter interesse em aderir a nenhum programa de fornecimento de alimentos para instituições públicas, pois pretende diminuir o ritmo de trabalho quando sua filha mais nova concluir a faculdade. Inclusive, enalteceu a importância da formação acadêmica

dos filhos e relatou que gostaria de ter cursado medicina veterinária, mas em sua juventude isso não foi possível. Declarou, “o estudo é a maior herança que se pode deixar para os filhos” (sic). Problematisa-se, a partir disso, a sucessão familiar no trabalho rural. Dorigon e Renk (2014, p. 30) analisam que “a categoria juventude rural só pode ser abordada quando imbricada com demais categorias do mundo rural”. Os autores referem que o contexto rural de intensa mudança social implica na recusa de permanência da juventude na área rural e que tal questão perpassa por elementos como a remuneração diante da penosidade do trabalho agrícola, com longas jornadas de trabalho e sem folgas aos finais de semana, e também pela dimensão subjetiva. “Condição de camponês, de agricultor, passa pela avaliação das gerações seguintes e deixam de ter a área de profissão desejada. Ambiguidade familiar, em alguns casos, em estimular a saída e ver-se sem herdeiro” (DORIGON; RENK, 2014, p. 30). Ressalta-se, portanto, esse paradoxo que perpassa a ressignificação do trabalho rural e a sucessão familiar. Relevante destacar ainda, para além do conhecimento formal como enfatizado encalecido pela entrevistada, a importância de valorização também do saber fazer do agricultor familiar, de seus saberes herdados, que congregam a cultura material e imaterial (DORIGON; RENK, 2011).

Conforme percepção a avaliação da agricultora feirante, os benefícios que os consumidores esperam encontrar quando optam pela aquisição de produtos na feira estão relacionados à qualidade dos produtos, por serem mais naturais, sem agrotóxicos, além do bom atendimento – que segundo os autores supracitados constitui-se pela relação de proximidade e confiança entre produtores e consumidores. Relatou que atua com agendamento de pedidos para alguns clientes e realiza entregas à domicílio. Comentou que comumente são os mesmos clientes que frequentam a feira, o que remete a relação de confiança. Destarte, tais informações corroboram com as reflexões de Gazolla e Schneider (2017). Ao estabelecer características das Cadeias Curtas Agroalimentares, os referidos autores apontam a importância do contato direto entre os consumidores e produtores, pelas relações de confiança; inserção e imersão em um contexto regional e também pela proximidade entre os locais de produção e consumo. E elementos são também enfatizados pela consumidora entrevistada.

6.2 – ENTREVISTA COM A CONSUMIDORA

Os dados acerca da caracterização da consumidora entrevistada indicam que a mesma tem 40 anos, é professora, pós-graduada e reside no Centro da cidade. Frequenta a feira há cerca de seis anos, com frequência quinzenal e busca por produtos como queijos, geleias e verduras. É a única pessoa da família que frequenta a feira e realiza essa atividade a pedido dos familiares. Refere ter preferência por produtos naturais, o que entende como um benefício para a saúde. Relata que antes da feira, comprava os produtos no Supermercado e hoje prefere os produtos naturais, orgânicos e mais saudáveis comercializados no local. Salaria se identificar com a feira e com o atendimento prestado, considerando que geralmente compra dos mesmos feirantes, a depender da disponibilidade dos produtos. Afirma ter confiança na procedência dos produtos e como sugestão indicou que poderia haver maior variedade de produtos na feira.

A respeito da identificação da entrevistada com a feira, Dorigon e Renk (2011) referem que os consumidores formam a imagem dos produtos coloniais relacionando-os aos processos tradicionais de produção e ao saber fazer dos colonos. No caso da entrevistada, ela destaca o atendimento dos feirantes e o acesso a produtos naturais, que estão atrelados a essa imagem dos processos de produção. Nota-se que ela assume o cuidado com os membros de sua família em relação aos produtos consumidos, o que

permite uma reflexão sobre o papel de protagonista da mulher não apenas na produção de alimentos mais saudáveis, mas também no consumo.

A experiência relatada pela consumidora corrobora com o entendimento de que a feira e os produtos da agricultura familiar do município constituem alternativas para o sistema agroalimentar global, todavia enfrentam desafios que são inerentes a esse processo. Os motivos pelos quais a consumidora busca os produtos comercializados na feira seguem na contramão do modelo hegemônico de comercialização global, de maneira a ter à sua disposição alimentos produzidos de formas mais naturais, comprados direto do produtor, conferindo assim identidade a tais produtos, além da pessoalidade e confiança nos alimentos oferecidos à sua família (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades oferecidas pela feira aos agricultores familiares em São Lourenço do Oeste/SC compõem o que Wanderley (2003), Gazzola e Schneider (2017) e Gazzola (2019) descrevem como Cadeias Curtas Agroalimentares. A feira é uma das possibilidades que as famílias têm de acessar alimentos produzidos no próprio município, por agricultores que utilizam técnicas de produção que priorizam o saudável, o saboroso e o nutritivo, além da relação direta entre consumidor e produtor, conferindo identidade aos produtos e confiança na relação entre as pessoas envolvidas nesse processo.

A feira se constitui como espaço significativo de relações entre o agricultor, que busca comercializar os produtos do trabalho de sua família e o consumidor, que busca alimentos mais saudáveis para colocar na mesa de sua família. Essa ligação ocorre por meio de processos que envolvem a relação direta entre produtor e consumidor, sem a necessidade de grandes aparatos logísticos (como encartes ou embalagens sofisticadas) para validar indicadores de qualidade. Nas Cadeias Curtas, a exemplo da feira, os instrumentos são construídos na relação entre os atores, em especial, produtores e consumidores.

Tais indicadores revelam, seja pela maior qualidade de vida aos agricultores gerada por meio da renda obtida, seja pela alimentação mais saudável e consequente qualidade de vida que proporciona aos consumidores, que a feira se estabelece como um espaço alternativo e contra hegemônico aos processos observados no mercado globalizado. Nota-se também a autonomia por parte dos agricultores familiares no que se refere à produção, processamento e comercialização dos alimentos.

Identificou-se que a feira se caracteriza como importante espaço de visibilidade para as mulheres agricultoras que passam a ocupar espaços públicos. No caso da agricultora entrevistada, as receitas provenientes da feira constituem parte importante da renda familiar, da qual a mesma é protagonista, pois os produtos comercializados são em grande parte feitos por ela. As miudezas produzidas pela mulher se projetam da invisibilidade de um trabalho visto como secundário na propriedade para o de fundamental para a renda da família, por meio da Feira de Produtos da Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste – SC.

Embora exploratório, este estudo possibilitou apreender que a referida feira é uma alternativa ao mercado agroalimentar convencional, sobretudo no que se refere às suas especificidades enquanto Cadeia Curta Agroalimentares. Compreende-se que a partir da socialização deste trabalho, contribuímos com o campo de conhecimento em construção acerca das Cadeias Curtas, e, por conseguinte, valorizamos e visibilizamos a importância deste espaço para a comunidade em geral, gestores públicos e comunidade acadêmica. Indica-se como possibilidade para futuras pesquisas

investigar quantos feirantes são mulheres, a fim de aprofundar análises acerca do protagonismo das mulheres feirantes, bem como do papel da feira nesse processo, sobretudo relacionado a geração de renda, a comercialização de produtos coloniais no município e a sucessão nas propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

BAVARESCO, P. R. A história econômica do Oeste catarinense. In: CARBONERA, Miriam et al. *Chapecó 100 anos: histórias Plurais*. Chapecó: Argos, 2018, p. 281-313.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p.101-113, 2011.

DORIGON, C.; RENK, A. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: DORIGON, C.; RENK, A. (Orgs.). *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014, p. 15-33.

FIRJAN. *São Lourenço do Oeste*. 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-esultado.htm?UF=SC&IdCidade=421690&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 02 set. 2021.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Dados da agricultura familiar: aquisições agricultura familiar 2017*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 02 set. 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 09-24.

GAZOLLA, M. O papel do estado e das políticas públicas para construção de cadeias curtas agroalimentares no Brasil. *Informe GEPEC*, v. 23, n. 2, p. 102-120, 2019.

GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. B.; ALMEIDA, J. Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: conflitos, interfaces, contradições. In: GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. B.; ALMEIDA, J. (Orgs.). *Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações*. Belém: Redes de estudos rurais, 2012, p. 6-24.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo agro 2017: indicadores municipais*. 2021a. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>. Acesso em: 02 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *São Lourenço do Oeste/SC – Panorama*. 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-lourenco-do-oeste/panorama>. Acesso em: 02 set. 2021.

LAMARCHE, H. Introdução geral. In: LAMARCHE, H. et al. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-23.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste. *Governo municipal inaugura Centro de Comercialização*. Disponível em: <<http://www.saolourenco.sc.gov.br/noticia/3623>>. Acesso em 27 set. 2019.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. 1. ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139-152.

WANDERLEY, Maria de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.

*Submetido em 19/7/2021.
Aprovado em 20/12/2021.*

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Roteiro para entrevista com agricultor feirante

Caracterização do agricultor feirante entrevistado

- Tempo de participação na feira:
- Tempo em que desenvolve a função de agricultor:
- Idade do feirante:
- Quantas pessoas compõem o núcleo familiar?
- Quem compõe o núcleo familiar?
- Quantas pessoas trabalham na propriedade?
- Escolaridade do feirante:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Profissão: agricultor ou outra:
- Renda familiar provém da:
 - () comercialização da feira
 - () trabalho assalariado
 - () aluguel
 - () integração com a agroindústria familiar
 - () outras fontes
- Rendimento médio da família:

Sobre a comercialização na feira:

- A banca na feira está vinculada somente a uma família ou a um grupo de famílias?
- Quais produtos comercializam na feira:
- Com que frequência comercializa na feira: () semanal () quinzenal () mensal
- Que tipo de atividades a família realizava antes da comercialização na feira?
- A família além da atividade na feira desenvolve outras atividades na propriedade? Quais? São integrados a agroindústrias, e ou outras?
- As técnicas de cultivo empregadas na produção dos alimentos destinados a feira diferem daquelas utilizadas para a produção de outros produtos? Explique.
- Quem são os responsáveis pela produção e comercialização? Como são divididas estas atividades entre a família?
- Quais os motivos que levaram a família a comercializar no espaço da feira. Cite três pontos fortes e três fracos para comercializar na feira.
- Em sua avaliação quais benefícios os consumidores esperam encontrar quando optam por comprar na feira?
- Os consumidores são sempre os mesmos ou variam? Como avalia a relação com os consumidores?
- Qual a renda média mensal das vendas proporcionadas pela feira? (não insistir se o entrevistado ficar constrangido)
- A família é filiada a alguma organização ou associação que beneficia o feirante, Qual?
- Já acessaram programas de incentivo, subsídios ou recursos do governo municipal, estadual ou federal para as atividades relacionadas à feira? Se sim, quais? Programa nacional alimentação

escolar (PNAE), Programa de aquisição de alimentos (PAA).

- Como avaliam esse tipo de produção local (feira) em relação aos produtos comercializados em supermercados/atacados?
- Além da feira que outros espaços ou alternativas são utilizadas pela família para comercializar os produtos?

2. Roteiro para entrevista com consumidores

Caracterização do consumidor entrevistado

- Profissão:
- Idade:
- Escolaridade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Cidade bairro em que reside:
- Tempo que compra na feira:

Sobre o consumo na feira:

- Quais os produtos mais atrativos e consumidos:
- Com que frequência você ou membro de sua família compram na feira:
() semanal
() quinzenal
() mensal
- Que membros da família costuma frequentar a feira?
- Como você percebe as feiras de produtos coloniais?
- Antes de comprar na feira adquiria esses produtos de que forma?
- Quais os motivos que levam a adquirir os produtos na feira.
- Quais critérios utilizam para escolher de que feirantes comprar?
- Sua avaliação/e de sua família em relação aos produtos adquiridos e relação com os feirantes?